POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADES NA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS A PARTIR DO INDICADOR CRIANÇA ALFABETIZADA

Gilberto Cesar RODRIGUES
UNESP – Araraquara
gilberto.cesar@unesp.br

Márcia Lopes REIS
UNESP – Bauru
marcia.reis@unesp.br

Eixo temático 7 – Educação, desenvolvimento e aprendizagem

Palavras-chave: Alfabetização. Políticas públicas. Desigualdade educacional.

Resumo

A alfabetização constitui uma dimensão central do direito à educação e um importante indicador das condições de aprendizagem nos anos iniciais da escolarização. No entanto, os resultados educacionais brasileiros ainda se apresentam de forma desigual entre as unidades federativas, revelando limites na efetivação das políticas públicas voltadas à garantia da aprendizagem. Este estudo teve como objetivo analisar a distribuição do Indicador Criança Alfabetizada entre os estados brasileiros, buscando identificar padrões de concentração, dispersão e desigualdade nos resultados de alfabetização. A pesquisa caracteriza-se como empírica, de abordagem quantitativa, utilizando dados oficiais divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes ao ano de 2024. Foram empregados procedimentos de estatística descritiva, incluindo distribuição de frequência e medidas descritivas de tendência central e de variabilidade, além da construção de histograma para visualização da distribuição dos dados. Os resultados evidenciaram elevada dispersão entre os percentuais observados para o Indicador Criança Alfabetizada, indicando diferenças significativas entre os estados brasileiros. Embora parte das unidades federativas apresente níveis intermediários de alfabetização, persistem desigualdades relevantes relacionadas às capacidades institucionais, às condições socioeconômicas e à implementação das políticas educacionais. Conclui-se que os indicadores educacionais podem contribuir para o monitoramento das políticas públicas, mas também revelam desafios persistentes para a promoção da equidade e da garantia do direito à aprendizagem no contexto educacional brasileiro.

Palavras-chave: Alfabetização. Políticas públicas. Desigualdade educacional.

1. Introdução

A alfabetização constitui uma etapa fundamental da educação básica, sendo frequentemente utilizada como indicador da qualidade dos sistemas educacionais. No entanto, os resultados associados a esse processo não se distribuem de forma

homogênea no território brasileiro. Além de constituir um dos pilares centrais do direito à educação, a alfabetização revela-se também como um importante indicador das condições de aprendizagem nos sistemas de ensino.

A consolidação de políticas públicas voltadas à garantia da aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental tem sido acompanhada, no contexto brasileiro, pela produção de indicadores que buscam mensurar o desempenho das redes de ensino. Entre tais mecanismos está o Indicador Criança Alfabetizada (ICA), divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e que assume papel estratégico ao sintetizar o percentual de estudantes com níveis considerados adequados de proficiência em leitura e escrita (BRASIL, 2025).

Entretanto, a simples apresentação de médias nacionais pode obscurecer desigualdades estruturais entre as unidades federativas, dificultando a compreensão dos desafios reais enfrentados pelas políticas educacionais regionais. De acordo com Shiroma (2002), as políticas educacionais devem ser compreendidas como um campo de disputas e contradições, no qual diferentes interesses e concepções de educação se materializam em ações estatais. Nesse sentido, os indicadores não são neutros, mas expressam resultados de processos políticos complexos que nem sempre captam integralmente as realidades subjacentes aos dados.

Em um contexto marcado por persistentes desigualdades educacionais e desafios à garantia do direito à aprendizagem, a análise de indicadores educacionais assume papel relevante na compreensão das condições de acesso ao conhecimento. Nesse cenário, a alfabetização revela não apenas níveis de desempenho, mas também as assimetrias estruturais que atravessam o sistema educacional brasileiro, exigindo reflexão sobre a efetividade das políticas públicas na promoção da equidade.

Neste sentido, o objetivo do presente estudo é analisar a distribuição do percentual de crianças alfabetizadas entre os entes federativos brasileiros, e identificar padrões de concentração, dispersão e assimetria que possibilitem compreender as desigualdades educacionais regionalizadas. Para alcançar o objetivo proposto, foram empregados instrumentos da estatística descritiva, tais como, organização tabular e representação gráfica, medidas de tendência central e de dispersão, em um conjunto de dados referentes ao ICA registrados no ano de 2024, cuja fonte de coleta é o INEP.

2. Referencial teórico

A compreensão das disparidades nos índices de alfabetização exige, inicialmente, a análise do desenho institucional das políticas públicas no Brasil. Segundo Souza (2006), políticas públicas são o campo que busca "colocar o governo em ação",

sendo estruturadas por regras e modelos que regem sua implementação. No cenário educacional brasileiro, esse processo é atravessado pelo federalismo, onde o regime de colaboração surge como peça central. Segatto e Abrucio (2018) destacam que a eficácia da articulação entre estados e municípios é o que define o sucesso de políticas sistêmicas, evitando que desigualdades regionais se acentuem.

A elaboração de métricas como o ICA insere-se em uma lógica de gestão baseada em evidências, mas sua aplicação deve ser acompanhada de uma sensibilidade pedagógica. Para equilibrar os dados estatísticos registrados com a realidade das salas de aula, é preciso compreender que a avaliação não se resume a um número. Para Esteban (2013), a avaliação deve ser compreendida em articulação com o cotidiano escolar e com a diversidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Essa compreensão é fundamental para evitar que os índices se tornem ferramentas de exclusão, garantindo que o ICA sirva para orientar o apoio aos diferentes sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, respeitando suas singularidades.

O êxito observado em estados como o Ceará revela como o desenho de políticas pode induzir resultados. Carneiro e Irffi (2019) analisam como o sistema de incentivos fiscais alinha interesses dos gestores aos objetivos educacionais, reduzindo o "risco moral" na gestão pública. No entanto, Horta Neto (2013) alerta que esse foco nos resultados não pode levar ao "ensino para o teste", sob o risco de comprometer a criatividade e a inovação pedagógica em prol de indicadores artificiais.

Embora o ICA represente um avanço estratégico ao monitorar a alfabetização após o impacto da pandemia, contexto discutido por Estevan (2024), ele não deve ser o único parâmetro para definir o que é uma "escola de qualidade". A fundamentação de uma política educacional justa exige uma visão sistêmica que considere as condições de oferta e o bem-estar dos estudantes. Em síntese, "Um modelo de avaliação que vá além dos testes cognitivos é fundamental para uma compreensão mais abrangente da qualidade da educação." (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR; HORTA NETO, 2025, p. 1).

Portanto, o ICA consolida-se como um marco necessário para a transparência e alocação de recursos, mas a qualidade educacional plena permanece como um conceito multidimensional, que se concretiza apenas quando o dado estatístico é capaz de transformar positivamente o cotidiano e a trajetória dos alunos brasileiros.

3. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como documental, de abordagem quantitativa e caráter descritivo, por utilizar dados secundários produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O estudo fundamenta-se na análise do Indicador Criança Alfabetizada – Resultados 2024, divulgado pelo INEP, que apresenta o percentual de estudantes considerados alfabetizados ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, tomando como referência o padrão nacional de alfabetização estabelecido no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (BRASIL, 2023).

Os dados analisados correspondem aos percentuais de crianças alfabetizadas nas unidades federativas brasileiras referentes ao ano de 2024. O Estado de Roraima não integra a base de dados utilizada, uma vez que, até essa edição do indicador, ainda não havia implementado seu sistema estadual de avaliação, condição necessária para compor o indicador nacional. Dessa forma, a análise contemplou os resultados de 26 unidades federativas (compreendendo 25 estados e o Distrito Federal).

Os dados foram extraídos da planilha eletrônica disponibilizada pelo INEP, organizada em diferentes variáveis, entre elas ano de aplicação, unidade federativa, percentual de participação dos estudantes, metas pactuadas e percentual de estudantes alfabetizados. Para os objetivos deste estudo, foram selecionadas apenas as informações referentes às unidades federativas e ao percentual de crianças alfabetizadas no ano de 2024. Os dados foram organizados em planilha eletrônica Microsoft Excel, utilizada para conferência, ordenação, tabulação e tratamento estatístico das informações. Para uniformizar a apresentação dos resultados, os percentuais foram mantidos com arredondamento para uma casa decimal, conforme o padrão adotado pelo próprio INEP. Em seguida, os estados foram organizados em ordem crescente de percentual de crianças alfabetizadas, variando de 36,0% a 85,3%, procedimento que permitiu identificar a amplitude e a distribuição dos resultados entre as unidades federativas.

Essa organização dos dados serviu de base para as etapas posteriores de tabulação, elaboração da distribuição de frequências e análise estatística.

Na Tabela 1 estão apresentados os percentuais de crianças alfabetizadas registrados em 2024, organizados em ordem crescente.

Tabela 1. Percentuais de crianças alfabetizadas por UF em 2024.

Estado (UF)	**Percentual de Crianças Alfabetizadas (%)**
Bahia (BA)	36,0
Sergipe (SE)	38,4

Rio Grande do Norte (RN)	39,3
Rio Grande do Sul (RS)	44,7
Amapá (AP)	46,6
Pará (PA)	48,2
Alagoas (AL)	48,6
Amazonas (AM)	49,2
Tocantins (TO)	50,1
Acre (AC)	51,4
Rio de Janeiro (RJ)	55,3
Mato Grosso do Sul (MS)	55,9
Paraíba (PB)	56,0
São Paulo (SP)	58,1
Distrito Federal (DF)	59,1
Maranhão (MA)	59,6
Piauí (PI)	59,8
Mato Grosso (MT)	60,6
Pernambuco (PE)	60,8
Santa Catarina (SC)	62,0
Rondônia (RO)	62,6
Paraná (PR)	70,4
Espírito Santo (ES)	71,7
Minas Gerais (MG)	72,1
Goiás (GO)	72,7
Ceará (CE)	85,3

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados publicados pelo INEP – 2024.

Após essa organização inicial, os percentuais foram agrupados em intervalos de classe para a elaboração de uma distribuição de frequências, permitindo identificar a concentração dos estados em diferentes faixas de desempenho. Esse procedimento serviu de base para a construção do histograma apresentado na seção de resultados.

Tabela 2. Distribuição de frequências para os percentuais de crianças alfabetizadas em 2024

Classes (Percentual de Crianças Alfabetizadas)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Percentual	Frequência Acumulada
1ª [36,0 ⊢ 44,5)	3	0,1154	11,54%	3
2ª [44,5 ⊢ 53,0)	7	0,2692	26,92%	10
3ª [53,0 ⊢ 61,5)	9	0,3462	34,62%	19
4ª [61,5 ⊢ 70,0)	2	0,0769	7,69%	21
5ª [70,0 ⊢ 78,5)	4	0,1538	15,38%	25
6ª [78,5 ⊢ 87,0]	1	0,0385	3,85%	26
Total	n=26	1,0000	100%	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Na sequência, foram aplicados procedimentos de estatística descritiva, compreendendo o cálculo do valor mínimo e máximo observados, média, mediana, quartis, amplitude e desvio padrão. Essas medidas permitiram sintetizar o comportamento da distribuição dos percentuais de alfabetização entre as unidades federativas e oferecer uma visão mais consistente da variabilidade dos resultados. Complementarmente, foi elaborado um histograma para representar graficamente a distribuição das frequências e facilitar a visualização da concentração e da dispersão dos dados.

A interpretação dos resultados foi realizada mediante a articulação entre os indicadores estatísticos obtidos e o referencial teórico adotado, buscando compreender de que forma a distribuição dos percentuais de alfabetização evidencia desigualdades entre as unidades federativas e contribui para a reflexão sobre a implementação das políticas públicas voltadas à garantia do direito à aprendizagem.

4. Resultados

A Tabela 3 apresenta as principais medidas descritivas calculadas a partir dos percentuais do Indicador Criança Alfabetizada registrados nas unidades federativas em 2024.

Tabela 3 – Medidas descritivas do Indicador Criança Alfabetizada – 2024

Categoria	Medida	Valor
Tendência central	Média	56,71
	Mediana	57,05
Dispersão	Amplitude	49,3
	Desvio padrão	15,42
Posição	Valor mínimo	36,0
	1º Quartil (Q1)	48,5
	3º Quartil (Q3)	62,15
	Valor Máximo	85,3

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

O valor mínimo observado foi de 36,0%, enquanto o maior valor observado foi 85,3%, resultando em uma amplitude de 49,3 pontos percentuais entre os estados que registraram, em 2024, o menor e o maior valor para o ICA. Esse intervalo expressa diferença significativa entre os desempenhos registrados nas unidades federativas analisadas.

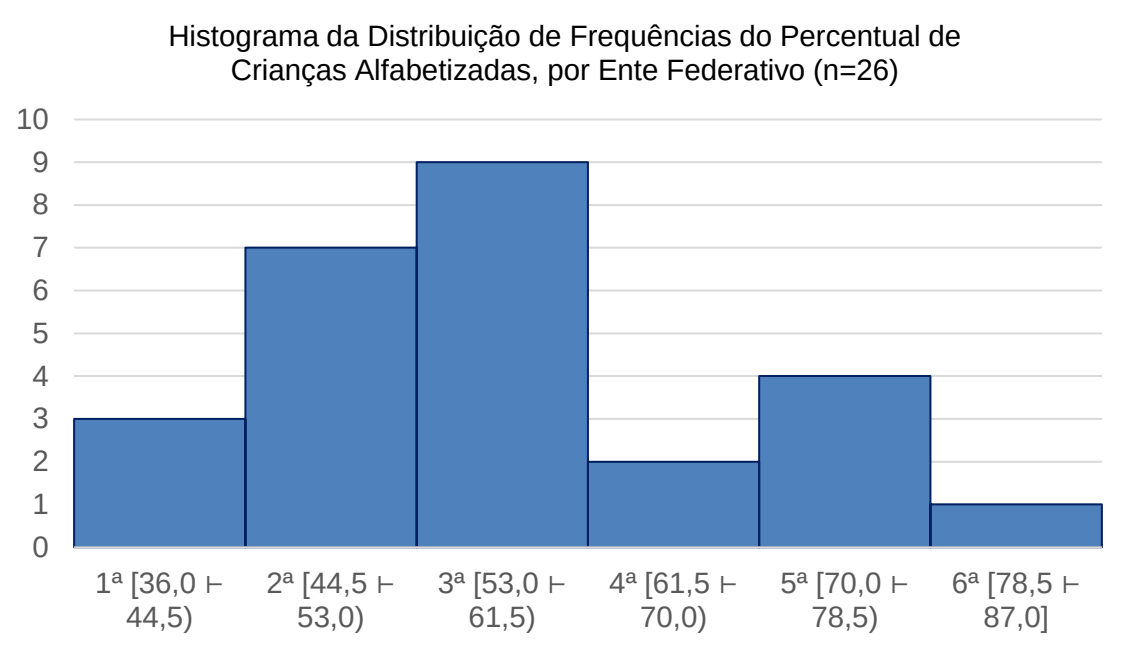
A média dos resultados foi de 56,71%, indicando que os percentuais de alfabetização se concentram em níveis intermediários. A mediana, correspondente a 57,05%, apresentou valor próximo ao da média, sugerindo relativa estabilidade na distribuição central dos dados.

Os quartis permitem observar a distribuição dos resultados em diferentes grupos. O primeiro quartil (Q1 = 48,5%) indica que 25% das unidades federativas apresentaram percentual igual ou inferior a esse valor. Já o terceiro quartil (Q3 = 62,15%) indica que aproximadamente 75% das unidades federativas apresentaram percentuais iguais ou inferiores a esse valor, enquanto os 25% restantes concentraram os maiores índices de alfabetização.

O desvio padrão de 15,42% revela a dispersão dos dados em torno da média, indicando variação significativa entre os percentuais observados.

O histograma apresentado no Gráfico 1 demonstra que a maior concentração dos resultados ocorre nos intervalos intermediários, especialmente entre 44,5% e 61,5% de alfabetização. Observa-se também a presença de valores extremos, tanto inferiores quanto superiores, indicando heterogeneidade na distribuição dos resultados entre as unidades federativas.

Gráfico 1 – Histograma do ICA



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Essa distribuição permite identificar que, embora exista concentração em faixas intermediárias, os resultados não se distribuem de forma homogênea, realçando diferenças relevantes entre os percentuais registrados pelos estados.

5. Discussão

Os resultados evidenciam que a alfabetização no Brasil permanece marcada por desigualdades significativas entre as unidades federativas. A diferença observada entre os maiores e menores percentuais registrados pelo Indicador Criança Alfabetizada demonstra que os avanços educacionais não ocorrem de maneira homogênea no território nacional. Mesmo que a distribuição dos dados apresente concentração em níveis intermediários, a elevada dispersão identificada pelas medidas estatísticas revela a existência de contextos bastante distintos no que se refere às condições de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, a análise dialoga com os estudos de Grin e Abrucio (2018), ao indicarem que a descentralização das políticas públicas ampliou responsabilidades dos entes subnacionais sem que as capacidades institucionais fossem desenvolvidas de maneira equivalente entre municípios e estados brasileiros. A transferência de responsabilidades administrativas e pedagógicas, embora tenha ampliado a autonomia dos sistemas locais, não foi acompanhada, em muitos casos, de condições materiais, técnicas e financeiras suficientes para garantir a implementação equilibrada das políticas educacionais.

As diferenças observadas entre os resultados sugerem que a existência de diretrizes nacionais, por si só, não garante uniformidade nos processos de implementação das políticas educacionais. Diferentes contextos administrativos, financeiros e institucionais condicionam a efetividade das ações desenvolvidas pelas redes de ensino. Nesse cenário, indicadores nacionais acabam revelando não apenas níveis de desempenho, mas também desigualdades históricas relacionadas às capacidades de gestão, planejamento e acompanhamento das políticas públicas.

De forma complementar, a discrepância entre os resultados evidencia que determinadas redes conseguem desenvolver estratégias mais consistentes de acompanhamento da alfabetização. O caso do Ceará, frequentemente citado em estudos sobre cooperação interfederativa e políticas educacionais, demonstra que a continuidade administrativa, a coordenação entre estado e municípios e o monitoramento sistemático da aprendizagem podem contribuir para melhores resultados educacionais. Estudos sobre o regime de colaboração entre o governo estadual e os municípios apontam que essa articulação institucional constitui um dos elementos centrais para a consolidação de políticas educacionais mais estáveis e voltadas à promoção da equidade (NASCIMENTO; CASTRO; TADEU, 2022). Outros estados, embora apresentem avanços importantes, ainda enfrentam dificuldades

relacionadas à descontinuidade de programas, limitações estruturais e desigualdades sociais mais amplas.

O estudo de Segatto e Abrucio (2018) aponta que diferentes estados brasileiros desenvolveram modelos distintos de relacionamento com seus municípios, produzindo impactos variados na implementação das políticas educacionais. Essas diferenças ajudam a compreender por que determinados estados conseguem consolidar políticas de alfabetização mais estáveis, enquanto outros apresentam maior oscilação nos resultados e dificuldades persistentes na garantia da aprendizagem.

Contudo, os próprios resultados do Indicador Criança Alfabetizada - 2024 demonstram que o avanço de algumas redes não elimina as desigualdades existentes em âmbito nacional. A existência de estados com percentuais bastante inferiores aos melhores desempenhos revela que a alfabetização continua atravessada por limites estruturais que não podem ser explicados apenas pela adoção de avaliações ou metas de desempenho.

Embora os indicadores educacionais sejam importantes instrumentos de monitoramento das políticas públicas, sua utilização exige cautela analítica. A centralidade atribuída às avaliações externas pode produzir processos de padronização curricular e direcionamento das práticas pedagógicas para o alcance de metas quantitativas. Em determinados contextos, a pressão por resultados pode induzir práticas voltadas mais ao desempenho nos testes do que propriamente ao desenvolvimento amplo da aprendizagem.

Nesse contexto, Horta Neto (2013) observa que as avaliações em larga escala passaram a ocupar posição estratégica na formulação das políticas educacionais contemporâneas, influenciando diretamente a organização do trabalho pedagógico nas redes de ensino. Isso não significa desconsiderar a importância dos indicadores, mas reconhecer que os números produzidos por avaliações externas não conseguem abranger, isoladamente, toda a complexidade envolvida nos processos educativos.

Assim, embora o Indicador Criança Alfabetizada permita visualizar desigualdades importantes entre os estados brasileiros, os resultados quantitativos não são suficientes, sozinhos, para explicar as múltiplas dimensões envolvidas no processo de alfabetização. Questões relacionadas às condições sociais das famílias, às desigualdades regionais, à formação docente, à infraestrutura escolar e às próprias diferenças culturais presentes no país também interferem diretamente na aprendizagem.

A persistência das desigualdades observadas reforça a necessidade de compreender a alfabetização para além da simples elevação de médias de desempenho. Conforme argumenta Dubet (2008), sistemas educacionais marcados por

fortes desigualdades tendem a reproduzir diferenças sociais já existentes, mesmo quando ampliam o acesso escolar. A igualdade de oportunidades, nesse sentido, não elimina automaticamente as desigualdades vivenciadas pelos diferentes grupos sociais.

Na mesma direção, Cury (2002) destaca que o direito à educação não se limita ao acesso à escola, mas envolve condições efetivas de aprendizagem e permanência com qualidade. Os resultados analisados neste estudo sugerem que o desafio da alfabetização no Brasil não está apenas na ampliação das matrículas ou na existência de avaliações nacionais, de larga escala, mas na capacidade de garantir que diferentes grupos sociais e regiões tenham acesso real e equitativo às condições necessárias para aprender.

As reflexões de Saviani (2007) contribuem, igualmente, à compreensão dos limites das políticas educacionais orientadas predominantemente por indicadores de desempenho, especialmente quando desconsideram as desigualdades sociais e estruturais que atravessam a realidade educacional brasileira. A busca pela melhoria dos indicadores não pode ocorrer desvinculada da discussão sobre financiamento, condições de trabalho docente, participação da comunidade escolar e enfrentamento das desigualdades históricas que afetam o sistema educacional.

Desse modo, os resultados analisados indicam que a superação das desigualdades na alfabetização exige não apenas ampliação de políticas públicas, mas o fortalecimento das capacidades institucionais, continuidade administrativa, gestão e ações voltadas à promoção da equidade educacional. Mais do que elevar médias nacionais, o desafio parece estar em reduzir as distâncias existentes entre os diferentes contextos educacionais brasileiros, garantindo que o direito à alfabetização não permaneça condicionado às desigualdades regionais e sociais historicamente produzidas.

6. Conclusão

A análise do Indicador Criança Alfabetizada - 2024 permitiu evidenciar que a alfabetização no Brasil permanece marcada por diferenças significativas entre as unidades federativas. Embora os dados indiquem concentração de resultados em níveis intermediários, a elevada dispersão identificada demonstra que o acesso à aprendizagem ocorre de maneira desigual no território nacional.

Os resultados indicam que a existência de diretrizes nacionais e mecanismos de avaliação não é suficiente, por si só, para garantir equidade nos processos de alfabetização. As diferenças observadas entre os estados sugerem que fatores relacionados às capacidades institucionais, às condições socioeconômicas e à

implementação das políticas públicas influenciam diretamente os resultados alcançados pelas redes de ensino.

Nesse sentido, os indicadores educacionais cumprem papel importante no monitoramento das políticas públicas, mas sua interpretação exige cautela, uma vez que os resultados quantitativos não conseguem explicar isoladamente a complexidade do processo educativo. A alfabetização envolve múltiplos fatores sociais, culturais, pedagógicos e estruturais que ultrapassam os limites das avaliações em larga escala.

Os achados de Cury (2002) reforçam que o direito à educação não se limita ao acesso escolar, mas pressupõe condições efetivas de aprendizagem. De modo semelhante, Saviani (2007) destaca os limites de políticas orientadas exclusivamente por resultados quantitativos, especialmente em contextos marcados por desigualdades históricas.

Ressalta-se que, embora já existam dados mais recentes divulgados em 2025, este estudo utilizou os dados de 2024 por constituírem um conjunto consolidado no momento da análise. Estudos futuros poderão comparar diferentes edições do indicador, contribuindo para a compreensão da permanência ou transformação das desigualdades observadas.

Por fim, considera-se que a análise do Indicador Criança Alfabetizada pode contribuir para o debate sobre políticas públicas de alfabetização, especialmente no que se refere aos desafios da promoção da equidade educacional no contexto brasileiro.

7. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno de Orientações: Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/caderno_de_orientacoes_cnca.pdf. Acesso em: 10 mai. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Indicador Criança Alfabetizada** (ICA) – Resultados 2024. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-da-alfabetizacao/resultados. Acesso em 14 jul. 2026.

CARNEIRO, Diego Rafael Fonseca; IRFFI, Guilherme. **Problema do Risco Moral na Educação Básica: um modelo de agente-principal para a distribuição de recursos da cota parte do ICMS**. Fortaleza: CAEN/UFC, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 116, p. 245–262, jul. 2002.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. Tradução de Ione Ribeiro Valle. São Paulo: Cortez, 2008.

ESTEBAN, Maria Teresa. Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 575-592, set. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HKH8k3XsWP7NzsRmjnNGYDm/. Acesso em: 10 mai. 2026.

ESTEVAN, Fernanda. [Participação em Webinar]. In: **Perspectivas e desafios da avaliação educacional no Brasil**. São Paulo: FGV EESP/CLEAR, 2024. 1 vídeo (90 min). Publicado pelo canal FGV. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UCny6hrjKZA. Acesso em: 10 mai. 2026.

GRIN, José Eduardo; ABRUCIO, Fernando Luiz. Las capacidades estatales de los municipios brasileños en un contexto de descentralización de políticas. **Revista del Clad Reforma y Democracia, n. 70,** abr. 2018.

HORTA NETO, João Luiz. **As avaliações externas e seus efeitos sobre as políticas educacionais: uma análise comparada entre a União e os Estados de Minas Gerais e São Paulo**. 2013. 272 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

NASCIMENTO, Beatriz Paula de Moraes do; CASTRO, Rogério Paiva; TADEU, Tânia. O regime de colaboração na educação básica fundamental brasileira: o caso dos estados do Ceará e São Paulo. Ensaios **Pedagógicos**, v. 6, n. 2, p. 29-39, 2022. Disponível em: https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/275. Acesso em: 14 jul. 2026.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antonio; HORTA NETO, João Luiz. Qualidade da educação básica: para além dos testes cognitivos em larga escala. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 55, e11295, 2025. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10104786.pdf. Acesso em: 10 mai. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Campinas: Autores Associados, 2007.

SEGATTO, Catarina Ianni; ABRUCIO, Fernando Luiz. Os múltiplos papéis dos governos estaduais na política educacional brasileira: os casos do Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Pará. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro**,** v. 52, n. 6, p. 1179-1192, 2018.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.